

Salvação está relacionada à conscientização da sociedade

TRIBUNA DA BAHIA

ANOS

21 DE OUTUBRO

O futuro da Baía de Todos os Santos é ser cada dia mais poluída ou é possível fazer alguma coisa para reverter esse processo? A resposta depende da vontade da própria sociedade. Se as pessoas se empenharem em defender a baía e, conseqüentemente, a qualidade de vida, ela pode ser salva. Mas se não houver mobilização e os interesses econômicos continuarem acima da necessidade de preservação do meio ambiente, a degradação da baía será irreversível. É isso que dizem os órgãos governamentais, os cientistas e os grupos ambientais.

As propostas são muitas. Vão desde campanhas de conscientização à punição de quem polui, passando por estudos mais aprofundados sobre as causas e conseqüências, para conhecer melhor o problema. Mas todos concordam em um ponto: se a população não começar a se mobilizar, a degradação da Baía de Todos os Santos continuará a acontecer. "O homem só fecha a porta depois que é roubado. Só começa a se preocupar com a poluição depois que ela ameaça sua qualidade de vida. E isso está errado. O processo deve ser invertido, para evitar maiores prejuízos", alerta o arquiteto e pró-reitor da Extensão da UFBA, Francisco Soares Senna.

O que Chico Senna teme é que a omissão da sociedade permita uma degradação cada vez maior da baía. Ele reconhece que a conscientização hoje é bem maior que a de dez anos atrás, mas diz que a questão ainda é tratada superficialmente. "Existe muito falatório e pouca atividade. Principalmente por parte dos políticos. Eles tratam o problema de forma demagógica, como plataforma política", afirma. Chico Senna reconhece também que para começar a se mobilizar a população precisa ser estimulada. E esse estímulo começa na informação do que está acontecendo.

É nesse ponto que os grupos ecológicos entram em ação. A Fundação Ondazul prepara uma campanha educacional junto à população das ilhas e da costa da baía. O objetivo é incentivar o amor à natureza, conscientizando as pessoas a não poluir, respeitar as espécies em extinção e a época

de desova e reprimir quem desrespeita o meio ambiente. O grupo Germem vem fazendo passeios pela baía e denunciando nos jornais as fontes de poluição e o estágio da degradação.

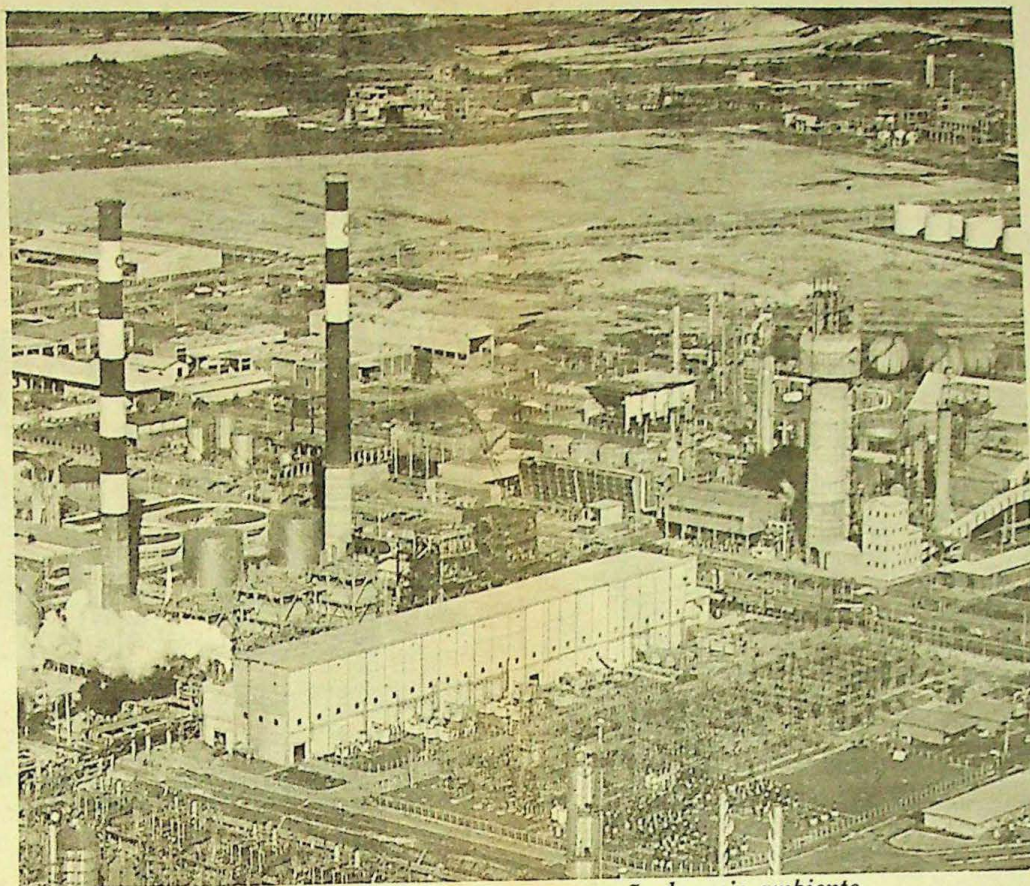
— A população consciente faz cobranças, não permite que a indústria polua e pressiona o governo a ser mais rígido na fiscalização —, diz Chico Senna, que também é colaborador do Germem.

QUESTÃO DE EDUCAÇÃO — É tudo uma questão de educação, diz o capitão dos Portos da Bahia, Francisco Paula Neto. Para ele as leis não adiantam muito quando a questão é preservar o meio ambiente. A prova é que no Brasil existem muitas leis e poucas são cumpridas. Paula Neto enumera pelo menos sete leis que coíbem a degradação ambiental no Brasil, fora a Constituição, e mesmo assim a poluição continua. "É difícil punir", diz. A solução, então, seria investir em campanhas de educação ambiental nas escolas, na televisão e no rádio.

— As pessoas precisam saber o que está acontecendo com o ambiente em que vivem. Muitas não têm noção de que elas mesmas estão contribuindo para destruir a natureza e prejudicar a qualidade de vida —, diz Paula Neto.

Ele dá um exemplo: "Quem pesca com bomba não tem consciência de que, explodindo os peixes hoje, não vai ter o que pescar dentro de dez ou vinte anos". Já a chefe do setor de pesca do Ibama, Eliana Simas, tem uma postura mais radical. Para ela, as campanhas de conscientização têm um efeito de longo prazo. "É preciso fazer alguma coisa de efeito imediato". O raciocínio de Eliana Simas é de que as campanhas atingem apenas o adolescente. "O adulto viciado jamais vai deixar de poluir ou destruir os recursos naturais". A solução imediata, segundo Eliana, é a repressão, através de uma fiscalização mais rígida e penas mais drásticas.

O diretor do CRA, Durval Oliveira, fica no meio termo. Para ele, tanto as campanhas de educação ambiental quanto a rigidez na punição são necessárias para barrar, desde já, a degradação da baía. Durval Oliveira diz que a legislação tem sua parcela de culpa: apesar de existirem muitas leis, as penas são leves. "As multas são muito baixas e na maioria das vezes sai mais barato pagar pelo erro do que investir em equipamentos de controle ambiental". Funcionários do CRA encontram ainda uma terceira



Indústrias modernas se preocupam com a preservação do meio ambiente

solução: mais recursos para capacitar o órgão a reforçar a fiscalização.

Mas de que forma a população deve se mobilizar? I) Pressionando o governo a exigir mais cuidados das empresas e implantar sistemas de esgotamento sanitário; II) Obrigando as indústrias a instalar equipamentos de controle ambiental; III) Criando novos hábitos. Antes de qualquer coisa, as pessoas precisam dar o exemplo. Devem parar de jogar lixo nas praias e nos rios. Respeitar as espécies em extinção e a desova dos peixes, mariscos e crustáceos. Não construir em áreas de mangue. Não pescar com explosivos nem usar redes de malha fina. Se não houver rede de esgoto no terreno, pode-se cavar fossos. É uma questão de sobrevivência.

As indústrias devem construir chaminés altas (o comprimento depende do tipo de atividade), utilizar filtros

e implantar centrais de tratamento de efluentes. Além disso, as empresas devem investir na manutenção dos equipamentos, para evitar acidentes, como vazamento de óleo dos navios e terminais da Petrobrás e poluentes químicos como mercúrio e amônia.

INDÚSTRIAS MODERNAS — As pesquisadoras e professores do Instituto de Química da UFBA Tânia Tavares e Vânia Rocha lembram que algumas indústrias já começam a dar o exemplo. "Indústrias mais modernas e de maior porte, ligadas a multinacionais, vêm assumindo, cada dia mais, a iniciativa de práticas preservativas do meio ambiente", dizem as pesquisadoras em relatório divulgado pelo CEI-Septantec (Centro de Estatística e Informação da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado).

Mas Tânia e Vânia ressaltam que essas indústrias têm mais preocupações principalmente por estarem ligadas a multinacionais sediadas em países onde a consciência ecológica foi desenvolvida mais cedo do que no Brasil — por força das experiências ambientais negativas. Um exemplo é o conceito de Atuação Responsável criado no Canadá e exportado para outros países. O conceito é norteado por princípios de compromissos do setor industrial para com a sociedade, em relação à qualidade do meio ambiente.

Ou seja, cabe à empresa não só a iniciativa de automonitoração, mas também uma maior aproximação com a comunidade científica e implantação de pesquisa ambiental, com capacitação de pessoal e de equi-

pamentos compatíveis com o setor de ponta dentro de suas estruturas. Na opinião das pesquisadoras, o conceito de Atuação Responsável já começa a ser implantado no Pólo Petroquímico de Camaçari e deverá se estender a todo o setor industrial local. E se isso realmente acontecer, a responsabilidade de vigilância por parte do estado tende a diminuir, pois a indústria se compromete a se auto-monitorar.

Tânia Tavares e Vânia Rocha, no entanto, reconhecem que ainda é cedo para confiar totalmente nessa automonitoração: "Enquanto a indústria não conquistar a confiança plena da sociedade, a vigilância por parte do estado e da comunidade terá de ser executada, quer seja de modo independente, quer seja em cooperação com o setor industrial. A confiança a ser conquistada não poderá se basear apenas nos valores dos investimentos feitos, mas sim na qualidade do meio ambiente oferecido, aliado ao menor custo/benefício possível, uma vez que o custo, em última instância, é pago pela própria sociedade".

MAIS PESQUISAS — O professor Juarez Santos, do Instituto de Biologia da UFBA, afirma que a preservação da Baía de Todos os Santos deve passar, antes de qualquer coisa, por pesquisas sobre as causas e conseqüências da degradação. "Antes de tudo temos que conhecer o que afeta o meio ambiente e qual o nível dessa degradação", diz. Em relação aos mangues, ele cita seis campos de atuação para iniciar o processo de preservação.

O primeiro é dimensionar as principais áreas de mangue, com o mapeamento dos recursos. Depois, levantar as espécies existentes, investigando a produtividade orgânica e relacionando os recursos pesqueiros. É importante também, segundo Juarez, investigar os aspectos ecológicos, sócio-econômicos e culturais, para utilizar os recursos com base nas necessidades da população. Mas deve haver ainda um gerenciamento dos mangues através do uso racional de seus recursos: o extrativismo deve ser orientado e a pesca e aquaculturas não podem comprometer a qualidade do ambiente.

Juarez Santos sugere ainda a criação de reservas extrativistas, estabelecendo normas de uso e período de defesa para espécies comestíveis ameaçadas. Por fim, cita a necessidade de áreas de proteção integral, com vegetação densa, para proteger as espécies ameaçadas.